

# CORREIO BRAZILIENSE

# Em exame ação

- 6 JUN 1986

# contra Lucena

A assessoria jurídica do Departamento de Polícia Federal está estudando as fórmulas legais para o encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal (STF) do processo que o diretor-geral do órgão, Romeu Tuma, pretende mover contra o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) por ter acusado o delegado de "torturador e responsável pelo tráfico de cocaína da Bolívia e Colômbia até os centros consumidores".

Tuma encaminhou também ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, toda a documentação referente ao caso, na qual contam depoimentos de funcionários da Polícia Federal lotados no aeroporto de Manaus negando que tenham revistado o senador — como foi denunciado pelo parlamentar da Tribuna do Senado — e uma certidão da Infraero dando conta de que, na ocasião em que Lucena diz ter sofrido contrangimentos, ele usou a sala vip e teve o tratamento dispensado às autoridades.

— A ofensa atingiu a dignidade de meu cargo que é de confiança e portanto tenho que tomar providências. Como não quero agredi-lo verbalmente em resposta às denúncias que fez contra mim, meu único recurso é a Justiça — disse ele, ontem. Tuma qualificou de "contra-senso" o pedido feito por Lucena através de telex enviado ao ministro Paulo Brossard exigindo sua expulsão do Estado do Amazonas — onde o diretor-geral da DPF esteve trabalhando por dois dias — sob pena do senador expulsá-lo por conta pró-

pria.

Surpreso com o comportamento de Lucena, Tuma observou: outro dia ele entrou no STF com pedido de habeas-corpus para lhe garantir o direito de ir e vir apenas porque foi pedido que se identificasse no aeroporto. Agora ele quer impedir a mim de realizar uma viagem de trabalho a seu Estado. Não sei qual é a autoridade dele para tentar me proibir de viajar para esta ou aquela região do País.

## BRIGA

A briga entre os dois começou porque Lucena não gostou da maneira como Tuma encaminhou as investigações sobre o caso Suframa, qualificando de "sensacionalista" a ação do delegado. Após o pedido de identificação no aeroporto de Manaus feito por um funcionário que não conhecia o parlamentar, ele voltou à carga dizendo que desta feita tratava-se de "revanchismo" do diretor-geral contra as declarações feitas anteriormente.

Tuma disse que apesar de tudo continua dizendo aos funcionários da Polícia Federal de Manaus que trabalham na investigação do caso Suframa que mantenham a serenidade e a seriedade nas apurações porque encontrar os responsáveis pelas ilegalidades cometidas é um dever da PF em relação à população do Estado. Ele garantiu, no entanto, que a ação da polícia jamais atingirá entidades que como a Suframa trouxeram progresso econômico social à região.